

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Negociações Internacionais

Período de Análise: 01/10/2015 a 31/10/2015

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Mais de metade dos países da UE quer proibir plantio de transgênicos – Valor Econômico, Agronegócios. 05/10/2015	3
Mais desenvolvimento para Moçambique. Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 06/10/2015	3
TTP pode encolher exportação do Brasil em até 2,7%, diz FGV. Renata Agostini, Giuliana Vallone e Raquel Landim – Folha de São Paulo, Mercado. 06/10/2015.....	4
Produtores do Sul do país fazem pressão contra entrada de maçãs da China no país. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 09/10/2015.....	5
Parceria entre Embrapa e instituto mexicano produz feijão transgênico. Fernando Lopes – Valor Econômico, Agronegócios. 13/10/2015	6
Brasil avança nas negociações para exportar arroz ao México – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 21/10/2015	7
Um queijo no caminho do acordo Europa-EUA. Mathew Dalton – Valor Econômico, Agronegócios. 21/10/2015	8
Monsanto encara problemas com royalties na Índia. Amy Kazmin – Valor Econômico, Agronegócios. 22/10/2015	8
Presidente da CNA prestigia acordo entre Brasil e Inglaterra sobre agricultura sustentável – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 28/10/2015.....	9
Japão é o 6º importador de produtos do Brasil, mas intercâmbio desaba. Renata Agostini – Folha de São Paulo, Mundo. 29/10/2015.....	10

Mais de metade dos países da UE quer proibir plantio de transgênicos – Valor Econômico, Agronegócios. 05/10/2015

SÃO PAULO - Mais da metade dos países da União Europeia pretende proibir o cultivo com sementes geneticamente modificadas.

Segundo a Comissão Europeia, 19 dos 28 países do bloco pediram para que todo ou parte de seu território fique livre de oito cultivares transgênicos ainda em análise na região. Um deles é um pedido de renovação da autorização do milho MON810, desenvolvido pela Monsanto, aprovado em 1998 e hoje a única variedade comercial aprovada na UE.

Uma nova legislação aprovada no ano passado permite que cada país do bloco determine, por conta própria, se abrirá ou não seu mercado para o plantio de transgênicos.

Mais desenvolvimento para Moçambique. Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 06/10/2015

O desenvolvimento da agricultura familiar de Moçambique, na África, recebe novo reforço, por meio das máquinas brasileiras comercializadas pelo Programa Mais Alimentos Internacional, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Com a chegada do último lote, com 40 tratores, o programa encerra a primeira etapa (tranche) das entregas. Ao todo, foram entregues 513 equipamentos, somando investimento U\$ 32 milhões – cerca de R\$ 120 milhões.

Essas máquinas, de acordo com o coordenador do Programa Mais Alimentos, Lucas Ramalho Maciel, já contribuem para a promoção da segurança alimentar e o desenvolvimento da agricultura familiar do país africano. “Os tratores já foram distribuídos pelo estado moçambicano para a população rural e já estão em atividade, ajudando a aumentar a área de cultivo e produtividade desses agricultores”, ressalta.

O coordenador destaca, ainda, a especificidade histórica de Moçambique, um país que passou recentemente por períodos de conturbação social e guerra civil. “Nesse período, muitas máquinas foram destruídas pelos confrontos sociais que ocorreram. Segundo informações do Ministério da Agricultura de Moçambique, antes do Mais Alimentos Internacional haviam apenas mil tratores em funcionamento no país. Esse número demonstra a importância do Programa que, sozinho, aumentou em 50% a quantidade de tratores em Moçambique”, afirma.

Além da venda dessas máquinas, o Mais Alimentos incentiva a fixação de representantes de vendas, do serviço de pós-venda e de assistência técnica no local. “As empresas que vendem para o programa devem necessariamente prestar esse tipo de serviço, o que estimula também a abertura de filiais de empresas brasileiras nesses países”, explica Ramalho.

O Programa em Moçambique

A primeira entrega de máquinas do Mais Alimentos em Moçambique foi em janeiro de 2015. Nesta primeira etapa, foram entregues 513 tratores e 2,5 mil implementos dentre

plantadeiras, arados para preparo, trabalho do solo e adubação. Já a próxima etapa do programa vai levar equipamentos que ajudarão na colheita da produção.

Mais Alimentos Internacional

O Programa Mais Alimentos Internacional tem dois objetivos: estabelecer uma linha de crédito concessional, para o financiamento de exportações brasileiras de máquinas e equipamentos destinados à agricultura familiar, e fornecer apoio a projetos de desenvolvimento rural, para o fortalecimento da produção da agricultura familiar, por meio da cooperação técnica e do intercâmbio de políticas públicas.

Coordenado pelo MDA, o programa tem a participação de mais de 100 empresas brasileiras, que exportam, atualmente, para seis países: Zimbábue, Moçambique, Senegal, Gana, Quênia e Cuba.

TTP pode encolher exportação do Brasil em até 2,7%, diz FGV. Renata Agostini, Giuliana Vallone e Raquel Landim – Folha de São Paulo, Mercado. 06/10/2015

Estudo aponta que produtos de carne seriam os mais afetados; máquinas e automotivos também sofreriam

Para especialistas, país é fechado demais e pode sofrer baque ainda maior se os EUA fizerem acordo com a Europa

O acordo entre Estados Unidos e Japão e outros dez países pode encolher as exportações brasileiras em até 2,7%, segundo estudo dos pesquisadores Vera Thorstensen e Lucas Ferraz, da Escola de Economia da FGV.

O cenário considera a eliminação das taxas de importações e de pelo menos 50% das barreiras não tarifárias –padronizações de produto conflitantes, por exemplo.

As exportações brasileiras são afetadas, segundo o estudo, porque os produtos vendidos entre os países envolvidos no tratado ficarão comparativamente mais baratos.

Hoje as economias que formam o TTP recebem quase um quarto dos embarques brasileiros ao exterior. Nos manufaturados, o percentual chega a 35%, por causa do mercado americano.

Analistas preveem que, com a entrada em vigor do TTP, os EUA devem concentrar seus esforços na negociação de outro mega-acordo com a União Europeia, a Ttip (Parceria Transatlântica).

"Se este fechar, asfixiará o Brasil", diz José Augusto de Castro, presidente da AEB (Associação de Comércio Exterior do Brasil).

Os números da FGV apontam que com a Ttip as exportações do país sofreriam queda ainda maior, de 5%.

"É urgente que o Brasil inicie uma negociação para um acordo de livre-comércio com os EUA", diz Diego Bonomo, gerente-executivo de comércio exterior da CNI (Confederação Nacional da Indústria).

Segundo o ministro do Desenvolvimento, Armando Monteiro, porém, a negociação de um acordo de livre-comércio com os EUA é um objetivo, mas não está "madura" e não é viável no médio prazo. "Estamos sendo pragmáticos e negociando uma convergência de normas com os EUA em diversos setores."

O ministro afirma que o acordo entre EUA, Japão e demais países já estava previsto na estratégia do governo brasileiro, que discute a ampliação de acordo com o México e os países andinos.

Para Emanuel Ornelas, professor da FGV e pesquisador de política comercial e acordos de comércio, qualquer abertura de mercado seria positiva para o Brasil, cuja economia é muito isolada das cadeias produtivas globais. Ele, no entanto, se diz cético, já que o governo não tem implementado acordos.

"O Brasil está atrasado há muito tempo nesta área. Agora o resultado está aí", diz Vera Thorstensen.

SETORES

Os efeitos do TTP deverão ser sentidos tanto no agronegócio quanto na indústria.

Um dos setores mais prejudicados pelo acordo seriam produtos e preparados de carne, com queda de 5,1% do PIB setorial.

No caso dos manufaturados, setores como máquinas e equipamentos e produtos automotivos também devem sofrer desaceleração nas vendas externas.

Os cálculos da FGV foram feitos a partir do fluxo de comércio dos países em 2012 e consideram a taxa de câmbio vigente à época.

Segundo a pesquisadora, a mudança na cotação da moeda norte-americana não provoca alteração relevante no modelo de simulação utilizado.

Produtores do Sul do país fazem pressão contra entrada de maçãs da China no país. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 09/10/2015

Agricultores, sindicatos de produtores, prefeitos e secretários estaduais de Agricultura da região Sul do país fizeram nesta semana em Brasília uma "romaria" para pedir ao governo brasileiro que não libere a importação de maçã da China. Mesmo que em volumes restritos, o Brasil já importa a fruta de países como França, Chile e Argentina.

O receio da cadeia produtiva é que a quantidade aumente muito caso a fruta chinesa comece a ser comercializada no Brasil e reduza a competitividade da maçã produzida no Brasil, o 12º maior produtor global. Além disso, os representantes do segmento afirmam temer que uma eventual abertura para a China facilite a entrada de doenças exóticas ou pragas como a *Cydia pomonella*, erradicada em solo brasileiro desde o ano passado.

A reação do segmento, liderada principalmente por produtores de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que respondem por 95% da colheita nacional, vem na esteira de informações de bastidores que dão conta que Pequim vem exigindo que o Brasil libere a entrada de maçã, pera e laranja chinesas como contrapartida para concretizar acordos comerciais firmados em maio passado com o Itamaraty.

A China lidera a produção global da fruta, com 40 milhões de toneladas por ano, ou 50% do total. Entidades como a Associação Brasileira dos Produtores de Maçã (ABPM) argumentam que há mais de três décadas o Brasil era um grande importador da fruta, mas que hoje compra no exterior apenas 9,4% do que consome. Atualmente, a produção brasileira gira em torno de 1,2 milhão de toneladas por ano, segundo o IBGE.

A ministra da Agricultura, Kátia Abreu, nega em conversas reservadas com empresários do ramo que esteja analisando qualquer pedido dos chineses para que o Brasil abra seu mercado para as frutas citadas. Assim que voltar da Rússia, onde está em missão bilateral, a ministra será procurada pela bancada ruralista para tratar o assunto.

Em recente audiência pública recente na Câmara dos Deputados, o diretor do Departamento de Sanidade Vegetal do ministério, Luís Eduardo Rangel, tentou acalmar o segmento produtivo garantindo que, se eventualmente a abertura se concretizar, será mantido o esforço para evitar a entrada de pragas no país.

"A China tem pragas que não temos no Brasil, mas sabemos que uma abertura de mercado não envolve apenas pragas (...) Mas queria deixar os senhores tranquilos de que hoje a maçã não está em pauta", disse Rangel. Segundo ele, também cabe ao ministério avaliar outras questões relacionadas à importação de maçãs chinesas, como uma possível prática de dumping, "antes de determinar, do ponto de vista político, uma eventual abertura de mercado".

"Sabemos de várias consultas entre importadores brasileiros e exportadores da China e esses primeiros contatos dão conta de que a maçã chinesa chegaria ao Brasil a um preço de cerca de R\$ 30 a caixa de 20 quilos. O preço praticado no nosso mercado doméstico é de R\$ 48, em média, a caixa de 18 quilos", afirmou ao Valor o presidente da Associação Gaúcha de Produtores de Maçã, José Maria Reckziegel.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) também se posicionou contra a possível importação: "É um risco que o setor corre, levando-se em conta os empregos e a renda que gera. Peço uma atenção especial ao Ministério para que adote medida urgente", disse o assessor técnico da CNA, Eduardo Brandão Costa.

Parceria entre Embrapa e instituto mexicano produz feijão transgênico. Fernando Lopes – Valor Econômico, Agronegócios. 13/10/2015

SÃO PAULO - Uma parceria entre a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e o Instituto Tecnológico e de Estudos Superiores de Monterrey, do México, resultou em uma planta geneticamente modificada de feijão com 84 vezes mais ácido fólico (vitamina B9) que as plantas convencionais, conforme informou a estatal brasileira de pesquisas agropecuárias.

Segundo a Embrapa, "a vantagem é que, mesmo após o cozimento, o grão oriundo dessa planta consegue manter uma quantidade da vitamina (328 microgramas) cerca de quatro vezes superior à do produto convencional (81 µg)". A nova planta aguarda o sinal verde para ser testada em campo no México

Brasil avança nas negociações para exportar arroz ao México – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 21/10/2015

Ministros da Agricultura dos dois países se reuniram nesta quarta-feira

A ministra Kátia Abreu e o ministro da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Pesca e Alimentação do México (Sagarpa), José Calzada Rovirosa, avançaram na negociação para a venda de arroz brasileiro àquele país. Os dois se reuniram nesta quarta-feira (21), durante a 18ª Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA), no México.

Os dois países entraram em acordo para dar celeridade ao processo relativo à exportação de arroz (em casca e semente). Em contrapartida, o México passará a vender feijão preto ao Brasil, demanda antiga do país norte-americano.

Os serviços de defesa agropecuária dos dois países acordaram um prazo de 90 dias para finalizar suas avaliações de risco e poderem dar início aos negócios.

Para a ministra, a exportação poderá ajudar a regular o preço do arroz no mercado interno, o que beneficiará agricultores brasileiros. Atualmente, o Brasil não exporta quantidades expressivas do produto.

“Nós produzimos bastante arroz, mas não exportamos. Isso acaba prejudicando o produtor, que sofre todos os anos com preços muito baixos no mercado interno”, disse. “O acordo que firmamos agora vai beneficiar o prato de todos os dias do brasileiro, arroz e feijão”, comemorou a ministra.

Carne de peru e frango

Kátia Abreu afirmou ao ministro Rovirosa que o Mapa aguarda envio do relatório final ela borado pela inspeção veterinária mexicana para habilitar 18 novos estabelecimentos abatedores de aves e perus.

“Sabemos do infortúnio pela qual passam os Estados Unidos com a gripe aviária e estamos prontos para atender à demanda de vocês sem nenhuma dificuldade”, assinalou a ministra, destacando que o Brasil é o maior exportador de carne de frango do mundo.

Embrapa

O ministro mexicano demonstrou grande interesse na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e elogiou a atuação da instituição no Brasil.

O governo mexicano e a empresa firmaram este ano projeto de cooperação técnica para desenvolvimento de zonas tropicais do México. O foco é a tecnologia de produção e certificação de plantas para viveiros tropicais.

“Fico muito feliz com o interesse do México pela Embrapa. Queremos dividir esse conhecimento, porque a Embrapa não ensina, ela troca informações, conhecimentos. Todos têm suas vantagens competitivas para trocar. No que precisarem de nós, estamos dispostos a ajudar”, garantiu Kátia Abreu.

Um queijo no caminho do acordo Europa-EUA. Mathew Dalton – Valor Econômico, Agronegócios. 21/10/2015

Representantes dos Estados Unidos e da União Europeia que se encontram nesta semana para negociar um acordo comercial estão próximos de um pacto para eliminar tarifas em pelo menos 97% dos produtos comercializados entre os dois lados, impulsionando aquele que pode ser o acordo comercial mais ambicioso em mais de 20 anos.

Uma série de disputas ainda impedirá um acordo completo, incluindo uma improvável pedra no caminho: um queijo branco salgado chamado feta, produzido por séculos nas montanhas gregas, na ilha de Lesbos. Esse queijo é uma das dezenas de alimentos e bebidas regionais cujos nomes a UE insiste em conservar, diante de forte resistência do setor de alimentos dos EUA. Empresas americanas fazem produtos que usam muitos desses nomes europeus. O feta Athenos, marca americana da Kraft Foods, não é feito do leite de ovelhas e cabras que pastam na grama das montanhas gregas, mas com leite de vacas do Wisconsin.

Os economistas dizem que o acordo comercial impulsionaria uma série de indústrias, de montadoras a empresas químicas. Defensores do pacto o chamam de "OTAN econômica", uma alusão à aliança militar, que consolidaria os laços entre os EUA e a Europa em um momento de ameaças geopolíticas da Rússia e desafios econômicos da China.

Monsanto encara problemas com royalties na Índia. Amy Kazmin – Valor Econômico, Agronegócios. 22/10/2015

A americana Monsanto está com problemas na Índia, onde um grupo de produtores locais de sementes se recusa a pagar royalties pelo uso de sua tecnologia transgênica na produção de sementes de algodão resistentes a pragas.

Segundo a multinacional, sua joint-venture indiana, a Mahyco Monsanto (Índia) Biotech (MMB), tem US\$ 65 milhões a receber de nove empresas que usaram o gene Bollgard (Bt), que torna o algodão resistente à lagarta *Heliothis armigera*, em sementes vendidas para o recente período de plantio das monções.

Essas empresas, que juntas respondem por quase 60% das sementes de algodão vendidas na Índia, vêm atribuindo sua incapacidade de pagar a dívida aos controles de preços exercidos pelo governo sobre as sementes de algodão Bt e a um aumento de 11%, em junho, nos preços das sementes em Maharashtra, um grande Estado produtor da pluma.

A MMB, que tem metade de seu capital controlado pela Monsanto e licencia o gene Bollgard para as empresas indianas, apresentou petição à Suprema Corte de Mumbai para forçar os devedores a pagar as dívidas. A companhia também alertou que a disputa poderá impedir a Monsanto de introduzir novas tecnologias no mercado indiano.

Mas as empresas indianas de sementes parecem ansiosas por uma briga. Além de reclamarem do controle de preços das sementes Bt - que custam o mesmo valor desde

2011 -, dizem que os custos de produção também subiram por causa do encarecimento da mão-de-obra.

Apesar dessas pressões, a Monsanto vem negando um pedido dos produtores locais para que a taxa de licença do gene Bt seja reduzida - está fixada em 17,5% do preço no varejo desde 2011. O corte de preço em junho em Maharashtra elevou os royalties para quase 20% para as sementes vendidas no Estado, embora a múlti alegue que a maior parte das sementes da estação tenha sido vendida antes do decreto do governo.

Em maio, as autoridades de Telangana, outro Estado produtor de algodão da Índia, tentaram impor um teto aos royalties pagos à Monsanto, mas a decisão foi anulada pela Justiça, que a considerou uma intervenção inadequada em um contrato privado. "O custo da produção de sementes subiu muito", diz um profissional do setor, sob condição de anonimato. "As margens foram espremidas a tal ponto que as empresas acham mais seguro iniciar uma briga com a Monsanto", afirma ele.

A Monsanto introduziu a tecnologia Bt do algodão na Índia em 2002. Desde então, o país passou de exportador marginal da commodity para a segunda posição no ranking global, atrás apenas dos EUA.

A área plantada de algodão em território indiano aumentou de 7,6 milhões de hectares, antes do Bt, para mais de 11 milhões. Já a produtividade média cresceu de 400 quilos por hectare, na safra em 2003/04, para 550 quilos em 2013/14.

Mas o preço das sementes de algodão Bt - e os royalties da Monsanto - vem sendo uma fonte recorrente de conflitos entre as autoridades indianas e os agricultores. Inicialmente, as sementes de algodão Bt custavam 1.600 rúpias o pacote de 450 gramas, ante 9 rúpias das sementes comuns, e 45% do valor era pago como royalty para a MMB.

Em 2006, autoridades do Estado de Andhra Pradesh impuseram teto de 750 rúpias ao preço das sementes Bt e a decisão foi seguida por outros Estados. Já a Monsanto baixou o percentual do royalty a 20%.

Presidente da CNA prestigia acordo entre Brasil e Inglaterra sobre agricultura sustentável – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 28/10/2015

Brasília (28/10/2015) - O presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins, participou nesta quarta-feira (28/10) da solenidade de lançamento do projeto Rural Sustentável, em cerimônia presidida pela ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Kátia Abreu. A ministra, na ocasião, informou sobre a parceria entre o Brasil e o governo do Reino Unido para execução de projeto rural sustentável que beneficia produtores rurais e agentes de assistência técnica.

De acordo com a ministra, o projeto terá recursos financeiros de US\$ 26 milhões (em torno de R\$ 102 milhões no câmbio atual) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a serem repassados pelo Banco do Brasil. Será lançado, em conjunto, o Portal Rural Sustentável, espaço dedicado às entidades técnicas envolvidas e instituições de ensino e pesquisa de ciências agrárias e sociais relacionados com a produção rural.

Vão ser beneficiados 3.500 pequenos e médios produtores de 70 municípios de Mato Grosso, do Pará, de Rondônia, da Bahia, de Minas Gerais, do Paraná e Rio Grande do Sul.

Japão é o 6º importador de produtos do Brasil, mas intercâmbio desaba. Renata Agostini – Folha de São Paulo, Mundo. 29/10/2015

A despeito da queda recente nas vendas, o Japão segue como um dos alvos prioritários do setor privado brasileiro, que tenta convencer o governo a buscar um acordo comercial com o país.

Indústria e agronegócio estão de olho no potencial do mercado japonês, o sexto maior destino de produtos brasileiros no exterior.

Somente a retomada das vendas perdidas nos últimos anos já renderia bilhões de dólares em negócios.

Até setembro deste ano, o Brasil embarcou US\$ 3,4 bilhões em produtos para o Japão, a metade do que exportara para os japoneses nos primeiros nove meses de 2011.

Em relação ao ano passado, a queda é de mais de 30%. A retração das vendas neste ano pode ser explicada, em parte, pela queda no preço das commodities. Os japoneses são grandes consumidores de produtos básicos brasileiros.

Carne de frango, minério de ferro e café respondem por 54% de tudo que o país enviou ao país asiático de janeiro a setembro.

Atrapalhou ainda o bloqueio à entrada de carne bovina brasileira em 2012. O embargo, mantido até hoje, foi uma reação ao anúncio de que o país registrou um caso da doença conhecida como mal da vaca louca.

Mas o Brasil vem enfrentando também maior concorrência e cedendo espaço aos concorrentes.

No primeiro semestre deste ano, enquanto caíram 8% as importações de mercadorias do Brasil, subiram 12% as encomendas de produtos dos Estados Unidos, um dos principais rivais dos brasileiros no mercado japonês.

O avanço da concorrência tende a se intensificar com a entrada em vigor da Tratado Transpacífico, o TTP. O acordo prevê a criação de uma área de livre comércio entre o Japão, os Estados Unidos e mais dez países. A Austrália e o Canadá, outros dois grandes concorrentes dos brasileiros no Japão, também fazem parte do tratado.

O acordo não é isolado. O Japão já firmou cerca de 15 acordos de livre comércio e mantém outras negociações em andamento.

Atenta ao movimento, a CNI (Confederação Nacional da Indústria) lançou no ano passado uma proposta de acordo comercial com o Japão, na tentativa de estimular o governo Dilma Rousseff a se aproximar do país.

O documento foi produzido em conjunto com a Keidanren, a federação das indústrias do Japão.

Para os empresários dos dois países, é preciso eliminar barreiras e criar regras únicas para facilitar vendas e investimentos.

Na proposta, 90% das tarifas seriam zeradas em até dez anos.

Em média, a taxa de importação cobrada pelo Japão é baixa. Mas chega a 25% para o suco de laranja e a 30% no caso de couros. Há ainda quotas tarifárias para a importação de manufaturados como calçados.

"Queremos um acordo de nova geração, que inclua investimentos, propriedade intelectual, compras governamentais. Seria uma forma de estarmos próximos de pelo menos um membro do TTP", diz Carlos Abijaodi, diretor da CNI que participou das discussões sobre a proposta.

INVESTIMENTOS

A aproximação comercial também permitiria que as compras de produtos do Japão ficassem mais baratas. Ao contrário do Brasil, cujas vendas se concentram em produtos primários, a pauta exportadora do Japão tem grande concentração de manufaturados.

Além de automóveis, o principal produto vendido aos brasileiros, os japoneses enviam motores, partes de bicicletas e aviões.

É do interesse dos fabricantes locais que estes insumos fiquem mais baratos.

A aproximação pode aumentar ainda o interesse dos investidores japoneses. No ano passado, o Japão foi o sexto que mais injetou dinheiro no país.

Mas, na opinião do embaixador do Japão no Brasil, Kunio Umeda, há espaço para que os negócios se ampliem.

Segundo ele, há hoje cerca de 700 empresas japonesas em atividade no Brasil, um número ainda baixo. "O empresariado japonês tem mostrado interesse em investir no Brasil em áreas como infraestrutura, agricultura, automobilismo, tratamento médico, saúde, meio ambiente, finanças e seguros, entre outras", afirmou.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búriço, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa